



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 10/12/2008, às 17:30
/ estagiário

MPV-449

00171

Data 10/12/2008	Proposição Medida Provisória nº 449 de 2008
--------------------	--

Autor DEPUTADO EDUARDO SCIARRA DEM/PR	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 1	Artigo 24	Parágrafo	Inciso	Alíneas
----------	-----------	-----------	--------	---------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

DÊ-SE AO ART. 43, § 5º DA LEI 8.212/91, MODIFICADO PELA REDAÇÃO DO ARTIGO 24 DA MPV 449/2008, A SEGUINTE REDAÇÃO:

“Art. 43.....

§ 5o As contribuições sociais incidentes terão como base o acordo celebrado mesmo após decisão de mérito transitada em julgado.

JUSTIFICATIVA

A expressão “decisão de mérito” deve ser substituída por “decisão de mérito transitada em julgado” sob pena da MPV 449 incorrer em inconstitucionalidade.

Conforme decisão do TST no RR 648/2003-055-15-00, o artigo 764, § 3º, da CLT autoriza as partes a homologarem acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório. Caso essa transação ocorra após a liquidação da sentença, formará novo título executivo sobre o qual incidirá o recolhimento da contribuição previdenciária, consoante a disposição contida no artigo 195, I, a, da Constituição Federal.

Isto porque, de acordo com o disposto no artigo 195, I, a, da Constituição Federal, o fato gerador da contribuição previdenciária são rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física prestadora de serviço, ainda que não seja reconhecido vínculo empregatício.

Brasília, 10 de dezembro de 2008

PARLAMENTAR

Deputado Eduardo Sciarra

